

ORIGENS DA POLÍTICA RADICAL NA AMÉRICA LATINA: UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE JOSÉ MARTÍ, JUAN B. JUSTO E RICARDO FLORES MAGÓN

FABIO SANTOS*

RESUMO

Este artigo condensa os resultados, no plano político, de uma pesquisa de doutorado que analisa, em uma perspectiva comparada, como nascem, evoluem e são frustrados três projetos de democratização radical na América Latina nos primórdios do imperialismo. José Martí (1853-1895) em Cuba, Juan B. Justo (1865-1928) na Argentina, e Ricardo Flores Magón (1874-1922) no México, lideraram esforços intelectuais e políticos orientados a superar os constrangimentos à integração nacional legados pela origem colonial, que se expressaram em um pensamento que fundamentou a atuação dos partidos que dirigiram. Partindo de premissas ideológicas e políticas distintas, mas orientados por um desígnio democrático comum, nossa hipótese é que a comparação entre estes autores sugere as balizas que referenciavam a máxima consciência possível da militância radical no continente naquele contexto.

PALAVRAS-CHAVE: América Latina; Política Radical; José Martí; Juan B. Justo; Ricardo Flores Magón.

ABSTRACT

This article analyzes at the political level and in a comparative perspective the growth, evolution and frustration of three projects of radical democratization in Latin America at the early imperialism. José Martí (1853-1895) in Cuba, Juan B. Justo (1865-1928) in Argentina, and Ricardo Flores Magón (1874-1922) in Mexico, led intellectual and political efforts aiming to overcome the constraints inherited from the colonial past that hindered national integration, an effort that found expression in the ideas that founded the action of the political parties which they headed. Springing from different ideological and political premises, but referred to a common democratic purpose, our hypothesis is that the comparison between these authors suggests a frame of reference for the maximum possible conscience of radical militancy in the continent in this period.

KEYWORDS: Latin America; Radical Politics; José Martí; Juan B. Justo; Ricardo Flores Magón.

Introdução

Este artigo condensa os resultados, no plano político, de uma pesquisa que analisa, em uma perspectiva comparada, como nascem, evoluem e são frustrados três projetos de democratização radical na América Latina nos primórdios do imperialismo.¹ José Martí (1853-1895) em Cuba, Juan B. Justo (1865-1928) na Argentina, e Ricardo Flores Magón (1874-1922) no México, lideraram esforços intelectuais e políticos orientados a superar os constrangimentos à integração nacional legados pela origem colonial, que se expressaram em um pensamento que fundamentou a atuação dos partidos que dirigiram.

José Martí foi o fundador e líder máximo do Partido Revolucionario Cubano, organização responsável por retomar a guerra pela independência de Cuba em 1895, quando a ilha encontrava-se sob dominação espanhola. Preso pela primeira vez aos dezesseis anos sob acusação de inconfidência, Martí teve sua pena comutada pelo exílio graças às gestões de seu pai, militar espanhol que servia ao reino na ilha. Viveu na Espanha, no México, na Guatemala e na Venezuela antes de estabelecer-se em Nova Iorque em 1881, de onde escreveu para diversos jornais do continente, exerceu atribuições diplomáticas para países que não o seu, e conspirou incansavelmente até o lançamento da expedição revolucionária em 1895, na qual perdeu a vida. Morando nos Estados Unidos, Martí adquiriu uma fina percepção do expansionismo que presidia a política deste país, ao tempo em que desenvolveu um rechaço cultural ao capitalismo, lapidando de forma definitiva o ideário que orientou sua militância, consignada em um legado de reputado valor literário que inclui obras poéticas, teatro, cartas e um romance.²

Principal liderança política e ideológica do Partido Socialista na Argentina desde a fundação até a sua morte (1928), Juan B. Justo imprimiu, por meio de uma trajetória intransigente nos seus princípios, a

marca fundadora do socialismo deste país. Como figura pública, dirigiu a organização que elegeu o primeiro deputado e o primeiro senador socialista das Américas,³ ocupando também pessoalmente diversos postos parlamentares. Além da atuação na política nacional, Justo vinculou-se ativamente à II Internacional Socialista, participando como delegado de congressos em Copenhague em 1910 e em Berna e Amsterdã em 1919. No plano intelectual, o socialista argentino é autor da primeira tradução de “O Capital” de Karl Marx para o castelhano, publicada em 1898. Além dos diversos panfletos que escreveu, realizou no livro “*Teoría y Practica de la Historia*” (1909) um esforço pioneiro de análise sistemática dos problemas históricos desde uma perspectiva democrática na América Latina.⁴

Ricardo Flores Magón liderou a progressiva radicalização do Partido Liberal Mexicano desde a sua refundação em 1901, convertendo-o na principal referência de oposição intransigente à ditadura de Porfirio Díaz no México, no poder desde 1876. Diante da repressão política que sofreu, Flores Magón e seus correligionários exilaram-se nos Estados Unidos em 1904, de onde conspiraram infatigavelmente para desencadear a revolução mexicana. Duas tentativas de detonar a luta armada, levadas à cabo em 1906 e 1908, frustraram-se em função da intervenção da polícia política mexicana, que agia em conluio com as autoridades estadunidenses. Quando a revolução afinal eclodiu em 1910, os magonistas foram incapazes de liderá-la, mas estimularam com entusiasmo o protagonismo camponês através das páginas de *Regeneración*, periódico que editaram por quase dois decênios. Perseguido dos dois lados da fronteira, Flores Magón morreu em 1922 em uma prisão nos Estados Unidos, provavelmente assassinado.⁵

Partindo de premissas ideológicas e políticas distintas, mas orientados por um desígnio democrático comum, nossa hipótese é que a comparação entre estes autores sugere as balizas que referenciavam a

máxima consciência possível da militância radical no continente naquele contexto. Com o objetivo de reconstituir os pressupostos fundamentais que lastreiam a comparação, para então apresentar seus resultados principais no plano político, dividimos o texto em duas seções principais. Na primeira parte, indicamos o movimento da conjuntura em que inscreve-se a atuação de cada militante analisado, referindo o seu protagonismo político à problemática da formação nacional, ao mesmo tempo em que explicitamos os referenciais bibliográficos que norteiam a aproximação encetada bem como as interpretações sobre os dilemas específicos que informam nossa leitura. Na segunda parte, procedemos à comparação entre os autores a partir dos distintos caminhos para a formação nacional projetados, que se expressaram na ação dos partidos que, respectivamente, dirigiram. Em um primeiro momento, abordamos a especificidade das estratégias políticas adotadas, contrastando-as em função das particularidades de cada formação histórica e da radicalidade da prática proposta. A seguir, observamos a recorrência de um padrão de luta de classes comum nos processos enfocados, que sugere indícios sobre o caráter da burguesia e a autonomia da classe trabalhadora na conjuntura. Finalizamos o texto com breves considerações finais.

Referências para a comparação

Vivendo no contexto de difusão das relações de produção capitalistas no continente, José Martí, em Cuba, Juan B. Justo, na Argentina, e Ricardo Flores Magón, no México, lideraram projetos políticos pioneiros visando subordinar o desenvolvimento capitalista aos desígnios da sociedade nacional. A incidência que tiveram para o desencadeamento dos processos que objetivaram – a guerra da independência em Cuba, a reforma política na Argentina e a Revolução

Mexicana – atesta a sintonia de suas propostas em relação aos dilemas da conjuntura. O malogro do ideário democrático que representavam indica a prevalência de constrangimentos estruturais que obstam a consumação da nação na América Latina neste contexto histórico.

O afloramento relativamente simultâneo destes projetos está referido às transformações econômicas e sociais decorrentes da dinamização do setor exportador primário no contexto de afirmação do capital monopolista no último quarto do século XIX, que ensejou a instalação progressiva dos requisitos para a reprodução capitalista no continente. Do ponto de vista social, a difusão do padrão mercantil corresponde a um desenvolvimento embrionário de setores identificados com a nova ordem. De um lado, a emergência incipiente de burguesias propensas a modificar as relações de poder e o Estado, com o intuito de adequá-los às transformações econômicas e sociais em andamento. Configurava-se para estes setores uma oportunidade de encadear a modernização capitalista a um processo de afirmação do poder burguês. Em outras palavras, franqueava-se a possibilidade histórica da revolução burguesa na América Latina.⁶

Em oposição à emergência burguesa, as mudanças nas relações de trabalho acenavam para um novo patamar de organização e reivindicação popular, sinalizada pela formação de partidos geralmente nucleados nas principais concentrações urbanas, mas capazes de influir nos acontecimentos políticos nacionais. Combinando em diferentes matizes demandas de conteúdo classista e de sentido nacionalista, estas organizações possuem, a despeito das particularidades de cada caso, uma orientação comum: a democratização das sociedades em que estão inseridas. Ao projetar a questão social na cena política, estes atores procuram dotar o processo de mudança social de um sentido democrático, buscando na integração do conjunto da população através do trabalho as condições para a superação do legado colonial e a

afirmação da nação. Em outras palavras, a formação nacional é o horizonte comum do pensamento e da ação política das três lideranças políticas que estudamos.⁷

O dilema da formação nacional traduz em vocabulário da ciência social brasileira a disjuntiva sobre o caráter do desenvolvimento na América Latina.⁸ No campo democrático, parte-se da premissa de que a perpetuação das determinações fundamentais do legado colonial substanciada na articulação entre dependência e assimetria social, não obstante as notáveis transformações operadas em todas as esferas da existência desde a crise do antigo sistema colonial, inibe a consolidação das bases materiais, sociais, espaciais, políticas e culturais do Estado nacional.

A problemática da formação nacional como eixo articulador entre os autores pressupõe uma interpretação das linhas gerais do desenvolvimento latino-americano que enfatize as permanências do legado colonial. Nossa leitura do sentido do movimento histórico está baseada em Caio Prado Jr.,⁹ enquanto a análise da difusão das relações de produção capitalistas no continente apoia-se em Florestan Fernandes, para quem a instalação progressiva dos requisitos para a reprodução capitalista gerou impulsos contraditórios, nos quais as tendências de autonomização da acumulação de capital foram estrangidas pela dupla articulação entre dependência externa e assimetria social.¹⁰ Na leitura do sociólogo brasileiro, este é um processo em que estímulos exógenos se articulam às condições endógenas ainda incipientes de desenvolvimento da esfera mercantil, em um contexto no qual a instauração dos dinamismos típicos da sociedade capitalista emerge como premissa necessária para a renovação dos vínculos econômicos do continente com o centro do capitalismo. Segundo esta visão, a expansão econômica experimentada na conjuntura consagra a dissociação entre

desenvolvimento e integração nacional, estabelecendo as bases para a afirmação do capitalismo dependente.¹¹

Partindo de um dilema histórico comum, selecionamos conjunturas contrastantes no panorama latino-americano, visando explorar as potencialidades do método comparado: entre um destino francamente neocolonial (Cuba) e a situação de maior integração nacional (o reformismo na Argentina), eclode a primeira revolução social do século (no México), sinalizando os extremos que balizariam a história do continente no século que se abria. Marc Bloch sintetiza nestas palavras o método da história comparada:

Antes do mais, no nosso domínio, o que é comparar? Incontestavelmente, é o seguinte: escolher em um ou vários meios sociais diferentes, dois ou vários fenômenos que parecem, à primeira vista, apresentar certas analogias entre si, descrever as curvas da sua evolução, encontrar as semelhanças e as diferenças e, na medida do possível, explicar umas e outras. São portanto necessárias duas condições para que haja, historicamente falando, uma comparação: uma certa semelhança entre os factos observados – o que é evidente – e uma certa dissemelhança entre os meios onde tiveram lugar.¹²

Para estabelecer a comparação, analisamos expoentes do pensamento radical em cada conjuntura e sua expressão política substanciada na ação dos partidos que fundaram e dirigiram. Partindo de premissas teóricas e realidades concretas contrastantes, seus projetos revelam caminhos para a nação e estratégias políticas distintas, cujo desfecho análogo enseja a investigação comparada.

José Martí vive em Cuba a superposição entre a dominação colonial espanhola e a penetração econômica do capital estadunidense, em um contexto em que o desenvolvimento da usina açucareira acirra contradições sociais e econômicas que explodem na Guerra dos 10 Anos (1869-1878). Encerrada em um impasse militar, o conflito precipita o fim da escravidão (abolida oficialmente em 1886) sem solucionar os dilemas que a provocaram. Nesta circunstância, o *Partido Revolucionário Cubano*

forjado por Martí terá como desafio precípua a emancipação nacional, que está associada a uma estratégia política de unidade latino-americana como forma de prevenir a intervenção dos Estados Unidos nos assuntos do continente, que se anuncia. Do ponto de vista do método, a vivência do líder cubano na Espanha no contexto do interlúdio liberal nos anos 1870 o convenceu da impossibilidade de reformar o laço colonial. Como consequência, orientou seu esforço organizativo no sentido de canalizar as pressões revolucionárias, em Cuba como no exílio, para a luta armada.

A Argentina vincula-se por meio da atividade agroexportadora, ao polo mais dinâmico da economia mundial, experimentando no final do século XIX um processo ímpar de crescimento, impulsionando uma torrente imigratória que acelera a urbanização do país e pressiona pela superação dos padrões exclusivistas da política prevalente. Neste contexto, o Partido Socialista dirigido por Juan B. Justo focará sua ação na luta pela dilatação da democracia argentina, que se traduz no combate a toda forma de privilégio, do latifúndio à educação superior restrita aos estratos dominantes. À despeito da percepção crítica dos socialistas em relação à lisura dos processos eleitorais no país, o partido participou sistematicamente dos pleitos desde a sua fundação, e apoiou a reforma política chancelada pela Lei Saenz Peña em 1912, que avançou na direção do sufrágio universal. Por outro lado, relutaram em apoiar manifestações mais radicais de protesto popular, frequentemente protagonizadas por anarquistas, incentivando o cooperativismo e o embate parlamentar como meios para a reforma social efetiva.

O México vive, sob a liderança despótica de Porfirio Díaz, simultaneamente as pressões pela integração nacional, diante da permanente ameaça expansionista dos Estados Unidos, e as consequências de um desenvolvimento capitalista que agudiza as tensões sociais, principalmente no campo, onde subsiste uma longa tradição de levante popular. Neste contexto, o Partido Liberal Mexicano, liderado

por Ricardo Flores Magón, se propôs a atualizar o legado democrático da Reforma Liberal comandada por Benito Juárez em meados do século XIX, incorporando a questão social ao seu ideário. Sofrendo com a repressão sem trégua sob o *Porfiriato*, Flores Magón e seus correligionários mais próximos atravessaram a fronteira instalando-se nos Estados Unidos, de onde dedicaram-se a organizar um levante armado que desencadeasse a revolução mexicana. A despeito de uma radicalização ulterior de alguns militantes individuais, inclusive o próprio Ricardo Flores Magón, a militância liberal referenciou-se pelo programa adotado pelo partido em 1905, que avançava as bases para uma revolução democrática nacional, integrando em uma plataforma coerente reivindicações populares a propostas nacionalistas nos marcos do capitalismo.

O contraste das análises particulares que compõe o exercício da história comparada exige uma leitura do processo histórico em que está inserido cada autor, coerente com o marco interpretativo da problemática proposta. Especificamente, os casos abordados neste trabalho supõem uma visão sobre o desenlace da emancipação cubana, o caráter da reforma política na Argentina e o sentido da revolução mexicana.

No caso cubano, entendemos que a frustração da emancipação é resultado de uma complexa conjunção entre as hesitações do *Consejo de Gobierno* em endossar a radicalização popular da guerra, a cumplicidade do delegado do PRC no exílio com a intervenção estrangeira e a própria agressividade estadunidense. O estudo de Ibrahim Hidalgo Paz desvela minuciosamente esta articulação, complementando o trabalho pioneiro de Ramón de Armas.¹³ Em relação à Argentina, interpretamos a reforma política promovida pela Lei Saenz Peña em 1912 como um recurso para conter a crescente subversão social, entendendo o subsequente triunfo eleitoral do radicalismo sob a liderança de Yrigoyen, como uma

alternativa conservadora ao esgotamento da política *criolla*. Esta leitura se apoia no livro de David Rock, que enfatiza a natureza conservadora original do radicalismo argentino (ROCK, 2001). No caso mexicano, em meio ao vasto debate sobre o caráter da Revolução Mexicana, para efeito do nosso trabalho basta indicar que nos situamos no campo que salienta o caráter truncado da revolução, ponderando que as mudanças inquestionáveis no plano do Estado foram insuficientes para superar o subdesenvolvimento, indicando uma derrota do campo popular no processo.¹⁴ Em particular, o confronto entre *maderistas* e *magonistas*, evidenciado nas páginas de *Regeneración*, nos afasta das leituras que enaltecem o papel progressista do líder constitucionalista e dos governos subsequentes.¹⁵ Embora não produza uma obra de síntese, os livros de Friedrich Katz sobre o século XIX mexicano e o trabalho interpretativo subjacente a seus estudos que abordam o período revolucionário constituíram referências importantes.¹⁶

Apoiados nos trabalhos citados, entendemos que os projetos enfocados neste estudo expressam caminhos diferentes de democratização nacional que partilharam de um destino frustrado: a independência cubana foi bloqueada pela intervenção dos Estados Unidos, em conivência com quadros do próprio PRC; a dilatação da democracia argentina foi confinada à dimensão política, na qual o triunfo do radicalismo a partir da eleição de Yrigoyen consagrou-se como alternativa socialmente conservadora; no México, sucessivos governos foram derrubados em meio a quase uma década de guerra civil, resultado de persistentes esforços para conter o alcance social da revolução detonada. Tomadas em conjunto, estas experiências revelam a derrota de três tentativas para conciliar desenvolvimento e integração nacional nos marcos do capitalismo no continente, sugerindo constrangimentos estruturais para a formação da nação pela via burguesa neste contexto histórico.

Ao abordar os projetos políticos protagonizados pelos militantes selecionados, nossa proposta não foi responder às razões deste desfecho histórico, nem apontar falhas nas práticas ou nas ideias. Partimos da premissa de que os autores analisados constituem expoentes do pensamento e da política radical em suas conjunturas, expressão da consciência crítica possível na totalidade histórica em que estão inscritos.¹⁷ Nesta perspectiva, os limites e contradições que a análise evidencia estão referidos às determinações gerais que o próprio exercício comparativo contribui para explicitar. Em consonância com esta proposta, a investigação de cada caso esteve orientado pela seguinte pergunta: qual o caminho para a formação da nação subjacente ao ideário político do autor? O exercício comparativo, por sua vez, esteve guiado pelas seguintes questões: O que a diversidade de estratégia revela sobre a problemática na conjuntura? Quais os constrangimentos políticos comuns do ponto de vista da formação nacional? Por fim, consideramos o desfecho histórico das situações enfocadas do ponto de vista da problemática enunciada.

Comparações: caminhos para a formação nacional

Partindo do desígnio comum de democratizar as sociedades nas quais estão inseridos, os projetos nacionais analisados revelam uma diversidade ideológica e estratégica condizente com a especificidade dos contextos históricos a que se referem, cuja eficácia é atestada pelo êxito em incidir no desencadeamento dos processos que objetivaram. A frustração do seu potencial democrático indica que, para além da especificidade teórica e política de cada proposta e contexto, os projetos em tela não encontraram bases objetivas para afirmarem-se plenamente, prevalecendo um padrão de luta de classes em que o comprometimento da burguesia com a reprodução do privilégio e da dependência determina

uma racionalidade política orientada a prevenir a integração dos trabalhadores, bloqueando a consumação da nação pela via burguesa desde os primórdios da sua constituição como classe no continente.

a) Especificidade: estratégia

A estratégia política dos militantes enfocados remete à especificidade do desafio histórico colocado pela formação social e econômica a que estão referidos: em Cuba, o imperativo da soberania subordina as contradições de classe, colocando a revolução nacional como horizonte imediato; na Argentina, onde a integração econômica com o mercado mundial produz uma dinâmica favorável à mobilidade social, a reforma política é vislumbrada como um caminho para a democratização social; no México, a convergência entre os desafios de liberdade política, integração democrática e soberania aponta a revolução social como via para a nação.

Este contraste entre os caminhos projetados não deve sugerir uma equidistância política, uma vez que a adoção da via revolucionária por Martí e Magón sinaliza distinções significativas em relação a Justo. Vista do ângulo da estratégia política, o outro lado da impotência civilizatória americana assumida pelo socialista argentino, referida a uma obliteração do imperialismo na sua problemática, é uma dubiedade em relação à autonomia da classe trabalhadora, que o conduz a entrever múltiplas mediações no processo de mudança social (a educação técnico-econômica através do cooperativismo; a aprendizagem política através do parlamento e da gestão do Estado), enquanto no ideário de Martí e Magón a revolução deve ser, imediatamente, protagonizada pelo povo. Assim, a via reformista avançada por Justo, no país onde a classe operária encontrava-se mais desenvolvida, está fundada em um desprezo pelo potencial histórico do continente, uma desconsideração do

fenômeno imperialista e uma desconfiança em relação à classe trabalhadora, que o distanciam da política revolucionária esposada por Martí e Magón.

A radicalidade da estratégia adotada pelas organizações fundadas nos contextos analisados, determinou a resposta política do Estado a que opuseram-se. A intransigência revolucionária do PRC em Cuba e do PLM no México desencadeou uma perseguição implacável aos seus militantes, condenados à prisão, ao exílio, e muitas vezes à morte, enquanto a permeabilidade do socialismo argentino à institucionalidade vigente sujeitou-o à cooptação, tolerado como oposição moderada no parlamento nacional. A relação das organizações com os processos históricos em que se envolveram é ilustrada pela constatação de que apenas o *Partido Socialista* integrou-se à ordem resultante das mudanças por que pressionou, sobrevivendo ao seu fundador, enquanto o *Partido Revolucionario Cubano* e o *Partido Liberal Mexicano* extinguiram-se com a derrota de seus respectivos projetos, na guerra da independência cubana e na Revolução Mexicana.

b) Fundamento comum: padrão de luta de classes

I. Contenção democrática

Enquadrados do ângulo da formação nacional, os projetos políticos abordados neste trabalho frustraram-se no seu propósito original de democratização social. Orientados pela preocupação comum de estabelecer um relativo equilíbrio entre as classes, assentando as bases de uma nação socialmente integrada, economicamente moderna e politicamente democrática, nos três casos, o conteúdo democrático dos processos desencadeados foi bloqueado. Embora as respectivas sociedades tenham mudado através destes processos, observa-se uma

tendência comum a delimitar o alcance da transformação à esfera política, indicando que, entre uma incipiente classe operária e uma burguesia avessa à integração nacional, os projetos não encontraram base social para afirmarem-se plenamente.

No caso cubano, o desafio da emancipação colonial agravado pela ascensão estadunidense ensejou uma aliança de classe em torno do objetivo primordial da independência. Sua estratégia estava balizada, de um lado, no legado da Guerra dos Dez Anos, que gerou condições favoráveis para superar as travas objetivas e subjetivas à integração nacional legadas pela escravidão, e, de outro, pelo risco que a progressiva penetração do capital estadunidense representava para a soberania da ilha. Detonada a guerra, as hesitações do *Consejo de Gobierno* em cancelar a radicalização democrática ensaiada pelo exército revolucionário nos campos de batalha abriu a brecha para os setores antipopulares conspirarem no exílio por uma solução mediada pela intervenção contrarrevolucionária do exército dos Estados Unidos.

Na Argentina, o extraordinário crescimento econômico motivado pela integração do território aos fluxos do mercado mundial aguçou as contradições da política *criolla*, colocando no horizonte a luta por uma dilatação democrática dentro da ordem. A estratégia socialista estava referenciada, de um lado, na relativa mobilidade social lastreada na expansão econômica que propiciava avanços da organização popular e, de outro, no mito do crescimento econômico, que obliterava o fenômeno do imperialismo favorecendo soluções conciliatórias fora do esquadro nacional, orientadas à integração no mercado mundial e à reforma social. Quando a Lei Saenz Peña apoiada por Juan B. Justo conduziu ao triunfo eleitoral dos radicais, consumou-se o caráter socialmente conservador do processo reformista, que envolveu os próprios socialistas como coadjuvantes da disputa parlamentar.

No México, a oposição ao *Porfiriato* estimulou uma aliança de classe voltada para a derrubada de um regime que não deixava espaço para a contestação dentro da ordem. A estratégia magonista esteve condicionada, de um lado, pelo escasso acúmulo organizativo dos trabalhadores mexicanos e, de outro, pela necessidade de integrar as reformas sociais à luta pela liberdade política. Quando eclodiu a revolução, o empenho das tropas maderistas em reprimir os setores identificados com as demandas populares rompeu qualquer possibilidade de entendimento com os magonistas, sinalizando um padrão de contenção das forças democráticas que prevaleceria até o final do confronto.

Contrastando os três processos, observamos que a expansão do capital monopolista desencadeou transformações que exigiram mudanças nos padrões de dominação de classe, pressionadas por uma difusão das relações mercantis que impulsionou um novo patamar de organização e reivindicação popular. Neste contexto, emergiram projetos pioneiros de integração nacional alicerçados no protagonismo dos trabalhadores, encampados por partidos que incidiram nas respectivas conjunturas objetivando dotar os processos em curso de um sentido democratizador. Para além das especificidades de cada país, as situações enfocadas revelam uma dinâmica recorrente, na qual a cisão no padrão de dominação das classes dominantes favorece uma aliança conjuntural entre setores da burguesia, que pressionavam por mudanças, e as aspirações populares, em função de objetivos comuns: a independência cubana, a superação da política *criolla* e o fim do *Porfiriato*. No entanto, a realização destes propósitos iniciais corresponde a uma gravitação do campo burguês a uma posição de resistência irreduzível ao interesse dos trabalhadores, explicitando os constrangimentos para conciliar desenvolvimento, democracia e soberania nos marcos da afirmação do poder burguês no continente.

II. Contenção democrática

A análise da intervenção política das classes dominantes nos processos nacionais enfocados revela uma intransigência diante da pressão popular que contrasta com uma relativa anuência face à participação estrangeira, indício dos nexos indissociáveis entre revolução democrática e revolução nacional no continente.

Em Cuba, a desconfiança em relação ao protagonismo popular somada à genuína admiração pelo *american way of life* combinaram-se para selar o desfecho contrarrevolucionário do processo. Do ponto de vista burguês, evidenciou-se que a crítica ao colonialismo espanhol era antes um assunto mercantil, em que a independência foi encarada como um meio subordinado à finalidade de viabilizar a reprodução dos negócios e a perpetuação dos privilégios e não como uma oportunidade para consumir a integração nacional.

No caso argentino, os setores da classe dominante que endossaram a reforma encararam a dilatação da participação política como uma necessidade incontornável diante das mudanças no padrão de estratificação social. A cessão de espaço político foi arquitetada como recurso para conter a pressão democrática, em um contexto no qual a ascensão do protesto operário atingia níveis intoleráveis. Neste contexto, o triunfo do radicalismo significou a superação da política *criolla*, consumando uma política de massas conservadora, avessa a qualquer esforço de integração social ainda que nos marcos da economia exportadora primária.

No México, o setor anti-Porfirista da burguesia circunscreveu sua luta ao restabelecimento das liberdades políticas e civis identificadas com o legado da reforma *juarista*. Uma vez derrubado o ditador, sucessivos presidentes dedicaram-se a encerrar o conflito reprimindo a

reivindicação popular, o que estendeu a guerra civil por quase uma década. Mesmo confrontados com uma situação extrema, em que as forças populares ocuparam a capital do país e seus líderes sentaram-se na cadeira presidencial, a política burguesa não considerou a reforma social como um meio para solucionar o conflito.

A reação burguesa ao desafio levantado pelas iniciativas políticas analisadas indica um padrão de luta de classes no qual prevalece a intolerância com o conflito como forma legítima de reivindicação social. Entre a determinação de esmagar os liberais mexicanos e o sutil movimento de cooptação do socialismo argentino, os revolucionários cubanos defrontaram-se com uma combinação de ambos: face à impossibilidade de frear o movimento revolucionário que crescia, a despeito da repressão impiedosa das tropas espanholas, a classe dominante insular bandeou para o lado revolucionário, pretendendo conter um processo que não podia controlar.

Do ponto de vista nacional, os processos revelam uma orientação comum da política burguesa, que objetivou modernizar a sociedade nos aspectos necessários para desobstruir o avanço dos negócios, mantendo seus privilégios de classe. Mesmo em Cuba e no México, onde a ameaça estadunidense à soberania era mais evidente, a via burguesa sancionou o crescimento apoiado no capital internacional, calcado na superexploração do trabalho e dos recursos naturais. Como resultado, ao subordinar a integração nacional ao imperativo da expansão econômica em realidades nas quais a lógica mercantil está alicerçada na reprodução dos nexos entre dependência e assimetria social, a política burguesa comprometeu-se, nos casos analisados, com a perpetuação do legado colonial.

III. Autonomia da classe trabalhadora

A outra face do dilema colocado pelo padrão de luta de classes observado nas

conjunturas abordadas são os óbices enfrentados pela classe trabalhadora para protagonizar um projeto político autônomo em relação à burguesia. De modo geral, a pressão popular em que se apoia a ação dos partidos enfocados logra detonar os processos de mudança social, mas é impotente para convertê-los em uma democratização radical, conseqüente com os seus interesses de classe.

A participação popular revelou-se o motor da guerra da independência cubana, em um processo em que o apoio à causa tornou-se praticamente unânime diante das táticas repressivas empregadas pelo exército espanhol. No entanto, o protagonismo militar dos trabalhadores não se traduziu em uma liderança política autônoma, em um contexto em que o recente legado da escravidão e a débil diversificação da economia restringiam a organização de classe e o principal apoio operário provinha dos tabaqueiros organizados nos Estados Unidos. O elo político entre as aspirações democráticas do povo cubano e o apoio burguês à causa da independência personificava-se na liderança de José Martí. A sua morte explicitou a fragilidade desta articulação, quando, apesar do compromisso revolucionário dos generais, o exército rebelde tornou-se refém das vacilações na condução política do processo, motivadas pela desconfiança no protagonismo popular, aliada à ilusão sobre as intenções estadunidenses.

No caso argentino, a pressão da classe trabalhadora provocou a reforma política, mas foi insuficiente para convertê-la em uma reforma social. Como expressão partidária de classe, os socialistas tiveram êxito em inaugurar a representação operária na política nacional e contribuíram para colocar a questão social na agenda do Estado. Por

outro lado, ao ignorar os nexos entre dilatação da democracia e nação, mostraram uma debilidade ideológica que traduziu-se em uma vulnerabilidade política. Inábeis para penetrar no setor mais combativo do proletariado identificado com o anarquismo ou para ganhar as classes médias eleitoras do radicalismo, a integração dos socialistas como beneficiários menores da reforma política sugere uma cooptação, esvaziando o seu papel progressista a partir da consolidação da III Internacional.

Herdeira de um legado de cooptação e repressão, a crise do *Porfiriato* abriu novos horizontes para a embrionária classe operária no México. As greves e os levantes frustrados foram fundamentais para precipitar a queda do regime, mas é a insurreição rural generalizada que ditará o ritmo e o tempo da revolução desencadeada. Não obstante as vitórias militares extraordinárias, o campo popular revelou-se incapaz de responder ao problema da centralização do poder e de articular um projeto nacional que incorporasse suas reivindicações de classe. Apesar da lucidez e da intransigência com que assistiram à evolução dos acontecimentos, os magonistas partilharam desta impotência, reduzindo a sua participação no ápice do confronto a uma espécie de consciência crítica do interesse popular. O resultado deste impasse foi a frustração do conteúdo democrático da revolução com a tomada do Estado pela burguesia anti-*Porfirista* após uma longa guerra civil.

Aproximando os três autores em uma perspectiva de classe, verificamos projetos radicais de democratização social que apoiam-se em alianças com a burguesia para realizarem-se. Na medida em que a evolução das respectivas conjunturas evidencia os estreitos limites da mudança burguesa, explicita-se a vulnerabilidade do campo popular, uma vez que os trabalhadores são impotentes para conduzir politicamente a independência em Cuba, a reforma na Argentina e em responder ao desafio de centralização do poder na Revolução Mexicana. Em uma

circunstância na qual a difusão incipiente das relações de produção capitalistas constrange a afirmação da autonomia política da classe trabalhadora e a emergência de uma crítica ao capitalismo como uma totalidade, a atuação e o pensamento dos militantes analisados revelam-se como uma espécie de “máxima consciência possível” na conjuntura em que estão inscritos.

Nesta perspectiva, a aproximação entre as trajetórias analisadas sugere um dilema comum, que condiciona o alcance da mudança social no continente neste contexto histórico. As aspirações democráticas encarnadas pelas organizações enfocadas revelam-se premidas entre a racionalidade adaptativa da burguesia dependente, que perpetua a dissociação entre desenvolvimento e nação, e os limites à irrupção autônoma dos setores populares, pressionando pelo estabelecimento de sociedades relativamente equitativas, autodeterminadas e autorreferentes nos marcos de um projeto de poder da classe trabalhadora.

Considerações finais

Inscritos no movimento histórico de afirmação do poder burguês nos marcos da problemática da formação nacional, os projetos políticos analisados neste trabalho revelam diferentes caminhos por meio dos quais expressou-se a pressão popular por democratização radical na América Latina nos primórdios do imperialismo. A identificação de um denominador comum, que justifica a comparação, não anula as notáveis diferenças observadas a partir do contraste encetado. Do ponto de vista político, subjacente ao reformismo de Justo observa-se uma desconfiança em relação à autonomia da classe trabalhadora que o distancia de Martí e Magón, cuja estratégia política apoia-se objetivamente no protagonismo popular, sem a mediação eleitoral que sujeitou a organização argentina à cooptação. Nesta perspectiva, embora

seja visível que a democratização social por que pressionavam os socialistas argentinos foi frustrada, é imprudente emitir um juízo inequívoco sobre a sorte da organização, uma vez que, expressando o ponto de vista do seu partido, o próprio Justo jamais avaliou negativamente as consequências da reforma argentina, enquanto Magón percebeu com clareza a derrota do campo popular na Revolução Mexicana, e o desfecho da guerra da independência cubana contrariou o projeto esposado por Martí.

Não obstante o notável contraste entre a militância revolucionária de Martí e Magón com o reformismo moderado de Justo, entendemos que o Partido Socialista foi a principal expressão política vinculada ao interesse dos trabalhadores argentinos naquele momento histórico. Para os nossos objetivos, as discrepâncias entre estas diferentes expressões da política radical, referidas a um movimento histórico comum, enriquecem o alcance da pesquisa, ao sugerir um quadro das referências ideológicas e políticas que informavam as origens do pensamento e do ativismo radical no continente neste contexto. Analogamente, as singularidades da conjuntura nacional enfrentada por cada projeto, marcadas alternativamente pela revolução, contrarrevolução ou reforma, revelam diferentes vias de afirmação do poder burguês na América Latina, em que a recorrência de constrangimentos obstando a associação entre desenvolvimento econômico e integração social sugere a prevalência de um padrão de luta de classes comum, que inviabiliza a formação da nação sob a égide burguesa.

Notas

* Doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo. Pesquisador do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) e professor de História da Universidade de Guarulhos (UNG). Email: fabio-barbosasantos@gmail.com

¹ Neste trabalho, nos referimos ao imperialismo como uma etapa do capitalismo, caracterizada pela afirmação do capital monopolista segundo as análises pioneiras de Hobson, Hilferding, Lênin e Bukharin. HOBSON, John A. *A evolução do capitalismo moderno*. São Paulo: Abril, 1983; HILFERDING, Rudolf. *O Capital Financeiro*. São Paulo: Nova Cultural, 1985. LÊNIN, V.I. *O Imperialismo – fase superior do capitalismo*. São Paulo: Centauro, 2000; BUKHARIN, Nikolai. *A economia mundial e o imperialismo*. São Paulo: Abril, 1984.

² FERNÁNDEZ RETAMAR, Roberto. *Introducción a José Martí*. La Habana: Editorial Letras Cubanas, 2006.

³ Respectivamente, Alfredo Palacios em 1904 e Enrique del Valle Iberlucea em 1913.

⁴ CÚNEO, Dardo. *Juan B. Justo y las luchas sociales en la Argentina*. Buenos Aires: Alpe, 1956.

⁵ ABAD DE SANTILLÁN, Diego. *Ricardo Flores Magón. El Apóstol de la Revolución Social Mexicana*. México: CEHSMO, 1978.

⁶ FERNÁNDEZ RETAMAR, Roberto. *A Revolução Burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975b.

⁷ Não obstante a ausência de uma dimensão nacional explícita no programa socialista para a Argentina, entendemos que o sentido da proposta de Juan B. Justo, assim como os demais autores abordados neste trabalho, apontava para a consumação da nação. Articulando democratização social e integração nacional, Justo sintetiza sua visão da questão nos seguintes termos: “*Al nacionalismo espurio de la oligarquía, oponemos el nacionalismo obrero, para el cual la nación son los hombres que trabajan en el país en un momento dado, y que mide nuestro progreso, no por el brillo de la colonia argentina en París, sino por el nivel de vida y de cultura de los productores en suelo argentino*” (JUSTO, 1933, p. 120-1).

⁸ SAMPAIO JR., 1999

⁹ PRADO JR., Caio. *A Revolução Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1966; _____. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 2000; _____. *História e desenvolvimento*. 2ª reimpressão da 3ª edição. São Paulo: Brasiliense, 2001.

¹⁰ FERNANDES, Florestan. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968; _____. *Capitalismo Dependente e classes sociais na América Latina*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975a. _____. *A Revolução Burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975b. _____. Reflexões sobre as “revoluções interrompidas” (uma rotação de perspectivas). In: *Poder e contra-poder na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. p. 69-120.

¹¹ FERNANDES, Florestan. *Capitalismo Dependente e classes sociais na América Latina*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975. _____. *A Revolução Burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975. _____. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968. _____. Reflexões sobre as “revoluções interrompidas” (uma rotação de perspectivas). In: *Poder e contra-poder na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. p. 69-120.

¹². Uma discussão sobre a pertinência desta abordagem para a América Latina encontra-se em: PRADO, Maria Lígia Coelho. “Repensando a História Comparada da América Latina”. In: *Revista da História da USP*, n.153, 2005, p.11-34; BLOCH, 1988, p. 121

¹³ ARMAS, Ramón de. *La revolución pospuesta*. La Habana: Centro de Estudios Martianos, 2002; HIDALGO PAZ, Ibrahim. *Cuba 1895-1898. Contradicciones y disoluciones*. La Habana: Centro de Estudios Martianos, 2004.

¹⁴ GILLY, Adolfo (Org.). *Interpretaciones de la Revolución Mexicana*. México: Nueva Imagen, 1981; KNIGHT, Alan. . Interpretaciones recientes de la Revolución Mexicana. Revista Secuencia, Instituto de Investigaciones Dr. José María Luis Mora, México, n. 13, p. 23-43, enero/abr. 1989.

¹⁵ A obra paradigmática neste campo é: SILVA HERZOG, Jesus. *Breve Historia de la Revolución Mexicana*. 15. reimpressão. México, FCE, 1997, 2 tomos.

¹⁶ KATZ, Friederich. *La guerra secreta en México*. Era, México, 1982; *Revolta, Rebelión y Revolución – la lucha rural en México del siglo XVI al siglo XX*. Era, Mexico, 1990; *The Liberal Republic and the Porfiriato, 1867-1910*. In: BETHELL, Leslie (Ed.). *Mexico since independence*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991; *The life and times of Pancho Villa*. Stanford: Stanford University Press, 1998.

¹⁷ LUKÁCS, Georg. *História e consciência de classe*. São Paulo: Martins Fontes, 2003 pp. 143-3.